

## Espaços de residência nas áreas metropolitanas: Entre o desejo e a realidade

*Susana Valente\**

Nas últimas décadas a sociedade portuguesa tem sofrido importantes processos de transformação demográfica e territorial, com incidência no alastramento desordenado dos espaços suburbanos nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (AML e AMP). Se durante muitos anos esses processos se desenrolaram num contexto de ausência de políticas de ordenamento do território, a recente emergência de vários instrumentos de planeamento não têm sido suficientemente eficazes para alterar e/ou inverter a “macrocefalia” do modelo de suburbanização que se instalou. As consequências sociais, económicas e ambientais da concentração progressiva da população nestas áreas metropolitanas (actualmente com 60% da população portuguesa) são preocupantes e exigem políticas governamentais específicas.

O contexto urbano das áreas metropolitanas agudiza e sublinha os problemas ambientais e de ordenamento do país, ao mesmo tempo que modela muitos dos valores e representações da opinião pública sobre ambiente e qualidade de vida. Nesta perspectiva, o cenário metropolitano constituiu-se como um espaço particularmente indicado para analisar as consequências sociais e políticas que os problemas ambientais e de (des) ordenamento suscitam, e ainda o modo como se articulam os valores ambientais e os valores de qualidade de vida urbana.

Vários estudos sobre ambiente e qualidade de vida têm sublinhado a importância crescente das dimensões sociais destes processos de concentração populacional. Destacam-se os inquéritos realizados pelo Observa - *Os Portugueses e o Ambiente* (1997 e 2000), que indicaram um mal-estar residencial e ambiental crescentemente sentido pelos portugueses no seu quotidiano, manifestado sobretudo pelos que residem nos grandes centros urbanos. Os resultados relativos à Grande Lisboa e Península de Setúbal e do Grande Porto (que correspondem às áreas metropolitanas) permitem uma análise com esse enfoque espacial, em que certas tendências dos resultados nacionais ora se agudizam, ora se desvanecem.

Os resultados nacionais dão conta de um “mal-estar residencial” que é crescentemente sentido no espaço urbano e suburbano em que vive e trabalha a grande maioria dos portugueses. Em 1997, 41,5% dos portugueses afirmava que é no campo onde se vive melhor em Portugal, e 21% indicara as aldeias, na medida em que reconheciam nestes dois espaços uma vida mais calma, com menos pressão e, no caso do campo, mais próxima da natureza, além de ser mais bonito e mais saudável. Era também no campo que, em 1997, os portugueses consideravam existir o melhor ambiente no país. Em contraste, as grandes cidades e seus subúrbios constituíam os locais onde as pessoas consideravam que se vive pior e onde há pior ambiente em Portugal. Esta tendência confirma-se em 2000 com um grau decrescente de satisfação à medida que aumenta a densidade e concentração populacional do aglomerado em que se reside.

### Satisfação ou Insatisfação com o enquadramento residencial, por tipo de aglomerado

	Centro	Periferia	Cidade média	Vila	Aldeia	Casa isolada
Muito satisfeitos	9	8,1	13,1	16,6	13,9	26,3
Pouco e nada satisfeitos	31,1	30,0	23,5	19,2	18,8	23,7

Nota: percentagens em coluna, sem a categoria *Satisfeitos*, n=1844

Observa 2000

\* Esta comunicação resulta de um estudo desenvolvido no ICS-UL, coordenado pela Prof. Luísa Schmidt, no âmbito Programa Observa – Ambiente, Sociedade e Opinião Pública (ISCTE/ICS-UL).

Aliás, em 2000, mais de metade dos portugueses residentes nas periferias das grandes cidades manifestou que “gostaria de viver” num local diferente daquele onde vive. Nas grandes cidades - tanto na sua periferia, como no seu centro - com o seu ritmo quotidiano desgastante e de tempo perdido em transportes (públicos ou privados) configura-se um desejo de saída, preferencialmente, rumo às cidades de média e pequena dimensão. Ou seja, exactamente em sentido contrário à trajectória tradicional dos movimentos migratórios.

Para melhor compreender esta tendência e perceber o que dificulta a emergência de uma inversão nos actuais modelos residenciais, no inquérito de 2000 questionou-se directamente sobre o que faltaria ao campo e/ou à pequena cidade do interior para ser um local mais atractivo para se viver. As principais falhas apontadas no campo são condições básicas de emprego e de equipamentos colectivos essenciais, nomeadamente *garantia de serviços de saúde e estabelecimentos de ensino para todos os níveis de escolaridade*. Depois referem-se razões de mobilidade e acessibilidade: a falta de *boas estradas* e de uma *boa rede de transportes*.

### O que falta ao campo ou à pequena cidade do interior para ser um local mais atractivo para viver

	País	AML	AMP
Boas estradas	33.4	21.7	35.2
Boas redes de transporte	31.0	36.2	31.7
Maiores oportunidades de emprego	60.0	64.6	54.2
Estabelecimentos de ensino para todos os níveis de escolaridade	34.1	41.2	34.3
Lojas e estabelecimentos comerciais	12.8	10.6	21.6
Actividades culturais e de lazer	24.3	24.2	24.8
Garantia de serviços de saúde	54.5	65.2	54.2
Amigos e familiares	6.8	8.1	5.8
Não falta nada de essencial	3.9	2.7	5.2
Outras	2.0	1.2	1.2
NS/NR	4.7	2.3	3.7

Observa 2000

Se compararmos as razões apontadas a nível nacional com as razões apontadas pelos residentes das áreas metropolitanas verificamos que, de um modo geral, as prioridades são as mesmas. No entanto, comparativamente, destaca-se o facto de os residentes da AML serem os que mais desvalorizam o papel das *boas estradas* e os que mais valorizam a *garantia de serviços de saúde*, assim como apresentam os valores mais elevados no que diz respeito à existência de *estabelecimentos de ensino para todos os níveis de escolaridade* e nas *oportunidades de emprego*. Por seu turno, os residentes na AMP acompanham mais de perto os valores nacionais, destacando-se apenas no que diz respeito às possibilidades de consumo, sendo aqueles que mais consideram que ao campo e/ou à pequena cidade do interior faltam *lojas e estabelecimentos comerciais*.

Também se colocou a questão sobre o que levaria muita gente a considerar a hipótese de sair das grandes cidades, ou seja, o que faz desses espaços urbanos lugares onde poucos portugueses afirmassem que é onde se vive melhor. A principal razão para o efeito centrifugador dos grandes centros urbanos é o *excesso de agitação e stress*, ou seja, o ritmo de vida. Seguem-se as várias *poluições* características da urbanidade contemporânea - *ar, ruído e lixo*. Só depois, já sem obter a maioria das respostas, surge a *criminalidade/falta de segurança*, bem como o *excesso de trânsito*.

## O que leva algumas pessoas a quererem sair hoje das grandes cidades

	País	AML	AMP
Excesso de agitação e stress	69.3	79.7	70.3
Falta de tempo	7.3	4.8	6.6
Falta de espaço (em casa, nas ruas)	17.6	16.4	18.4
Excesso de trânsito	41.6	44.3	40.1
Criminalidade/Falta de segurança	48.2	46.4	50.7
Excesso de edifícios e pessoas	9.3	9.3	11.8
Poluição do ar, ruído e lixo	57.6	58.4	58.8
Solidão	5.7	5.2	4
Maior custo de vida	12.4	11.4	8.6
Outras	2.1	2.3	1.2
NS/NR	4.7	2.5	3.7

Observa 2000

Neste caso, se compararmos os resultados do País, da AML e da AMP, verificamos uma grande unanimidade em torno das razões apontadas como o “lado negro” das grandes cidades. Os únicos valores que podemos considerar diferenciado dizem respeito a uma maior valorização por parte dos residentes da AML do excesso de agitação e stress, que reflectirá a sua efectiva vivência quotidiana.

Manifestamente, o “mal-estar residencial” revelado por grande parte dos portugueses articula-se, como já referimos, ao tipo de aglomerado (centro e periferias das grandes cidades), mas o grau de satisfação também é influenciado pelo tipo de enquadramento que as pessoas percebem como envolvente da residência e do quadro habitacional. De facto, verifica-se uma estreita associação entre “mal-estar residencial” e a proximidade de estradas com muito tráfego, barracas, lixeiras, grandes imóveis e fábricas, elementos predominantes nas áreas metropolitanas face à escala nacional. Em contrapartida, o “bem-estar residencial” parece estar relacionado acima de tudo com a existência de campos cultivados, casas dispersas no campo, jardins privados/quintais, pinhais e cursos de água, bem como zonas verdes e bairros de moradias. Assim, a satisfação aumenta à medida que o cenário “enverdece” e, em contraste, diminui à medida que se densifica a construção e o trânsito.

Para além da percepção do espaço envolvente da residência dos inquiridos, procurou-se avaliar qual seria o espaço envolvente ideal imaginado, a partir das respostas à pergunta aberta que incidia já não sobre o que têm, mas sobre o que gostariam de ter em redor da sua casa. Verifica-se que 67,1% dos portugueses aspira por mais “Natureza” como cenário de enquadramento residencial, enquanto 32,9% gostariam de dispor de serviços sociais e de lazer eminentemente urbanos. Contudo, essa representação da natureza que os portugueses tanto parecem valorizar não é propriamente uma natureza “bravia”, mas antes formas de “natureza domesticada” e “construída”. O que reúne maior consenso entre os portugueses como espaço ideal de enquadramento residencial são os jardins com cerca de 40%, mas que atingem os 70% para o caso dos residentes nas áreas metropolitanas.

O modelo de qualificação ambiental surge assim muito marcado pelo cliché “verde” dos espaços, dos jardins e dos campos, que funcionará como uma espécie de “ordenamento verde” em contraponto ao “desordenamento cinzento” do trânsito e do betão, gerado pelos excessos rodoviários e de construção.

Constata-se, ainda, a partir da análise dos resultados dos inquéritos referidos, que a percepção da qualidade ambiental no nosso país por parte da população portuguesa tem vindo a piorar desde o início dos anos 90. Esta percepção negativa é bastante expressiva designadamente no que diz respeito aos problemas ambientais mais sentidos ou perceptíveis ao nível do quotidiano e que são crescentemente identificados como aqueles que mais directamente afectam a vida e saúde dos inquiridos, a saber, a poluição do ar, o ruído e aquilo que designam como a poluição automóvel. A comparação entre 1997 e 2000 dá conta desta percepção de agravamento da poluição atmosférica e da poluição sonora, aliás, de uma forma que é

absolutamente transversal ao conjunto territorial do país, apesar de uma ênfase óbvia nas grandes áreas urbanas, em especial para a AML.

Acrescem os problemas ligados aos resíduos urbanos – nas modalidades “lixo”, “sujidade”, “falhas de recolha” e “contentores sujos”. A sensação de incómodo provocado pelos *lixos*, agrava-se na AML no que diz respeito a uma noção de sujidade geral, de lixo espalhado pelas ruas e espaços colectivos, como face visível de um desleixo institucionalizado do espaço público que é cada vez mais perceptível.

As questões relacionadas com o ordenamento do território são menos mencionadas do que as anteriores, mas agudizaram-se aos olhos dos portugueses de 1997 para 2000, aumentando o número de inquiridos que se dizem afectados no seu dia-a-dia pela “desorganização” e “caos urbano”, pelos “estaleiros de obras” e densificação urbana, traduzindo falhas ou ausências de planeamento e ordenamento da ocupação do território nacional, especialmente das zonas suburbanas da AML.

Assim, torna-se evidente o agravamento da insatisfação residencial e ambiental quando se faz um zoom às áreas metropolitanas, sobretudo no caso da AML, onde os “males ambientais” são percebidos pelos seus residentes de uma forma mais dramatizada do que na AMP ou à escala nacional, o que terá consequências ao nível das representações e atitudes face ao ambiente.